

O Embaixador João Gomes da Silva: Apontamentos sobre sua trajetória nas cortes europeias setecentistas

Resumo

Nas últimas décadas a História da Diplomacia vem atraindo a atenção de muitos investigadores que se dedicam não somente ao estudo da política internacional, mas também ao papel socio cultural que os embaixadores assumiram no cenário das relações internacionais. Desde a criação das primeiras embaixadas portuguesas pós Restauração foi permanente a preocupação do monarca em nomear para representante diplomático personagens de destaque na corte. A escolha era feita com muita cautela e o estatuto que recebia era definido consoante a missão. João Gomes da Silva foi um personagem de destaque na Diplomacia portuguesa. Iniciou a sua carreira diplomática numa missão sem carácter à corte de Londres em 1709 e terminou a sua participação na diplomacia portuguesa na corte de Viena. Este artigo busca apontar alguns aspectos das enviaturas de João Gomes da Silva, o 4º Conde de Tarouca, nas cortes inglesa e vienense no que diz respeito, sobretudo, à família que o acompanhou em ambas. Veremos que, a escolha dos membros que fariam parte da família de um embaixador devia ser feita com muita cautela, uma vez que, também se esperava deles, criados, decoro e respeito nas cortes europeias.

Abstract

In recent decades Diplomacy History has attracted the attention of many researchers who are dedicated not only to the study of international politics, but also the socio cultural role that the ambassadors took in the scene of international relations. Since the establishment of the first post Portuguese embassies Restoration was permanent the monarch's concern to appoint diplomatic representative prominent characters in court. The choice was made with great caution and the status he received was defined depending on the mission. João Gomes da Silva was a prominent character in the Portuguese Diplomacy. He began his diplomatic career in a mission without character to the court of London in 1709 and ended his participation in the Portuguese diplomacy in the court of Vienna. This article seeks to highlight some aspects of enviaturas João Gomes da Silva, the 4th Earl of Tarouca, in the English and Viennese courts with regard especially to the family who accompanied him in both. We will see that the choice of members who would be part of the family of an ambassador should be made with caution as it also was expected of them, servants, decorum and respect in European courts.

Introdução

Os estudos sobre a Diplomacia têm, nas últimas décadas, assumido um papel cada vez mais destacado nas mais diversas áreas do conhecimento: História, Relações Internacionais, Política, Sociologia, Ciências Econômicas, Filosofia, em todas essas áreas encontram-se estudos sobre a Diplomacia, os seus mediadores e os seus feitos.

Antes de iniciarmos a discussão sobre alguns aspectos da trajetória de João Gomes da Silva e sua família é necessário compreender um pouco sobre o cenário em que surgiu a Diplomacia, assim como o papel que os embaixadores assumiram. No panorama europeu o século XV demarca o início do percurso da Diplomacia no palco das relações internacionais. A figura do *ambasciatore*, neste contexto, surgiu numa tentativa de preservar o monarca, uma vez que, naquela época os deslocamentos entre as cortes eram feitos pelo próprio rei. O seu papel estava associado, portanto, ao da representação direta do seu monarca estando habilitado a assinar tratados, a negociar limites geopolíticos e casamentos. Com a importância que a Diplomacia foi assumindo na vida política europeia, se relacionando diretamente com o estabelecimento e a manutenção das relações políticas e econômicas entre as monarquias foi necessário estabelecer as primeiras embaixadas de carácter permanente nas principais cortes europeias dos seiscentos. (Mattingly 1937; Fubini 2000).

O embaixador,¹ (Faria 2008) figura central neste palco, exerce hoje, assim como exerceu desde o século XVII um papel fulcral no estabelecimento e na manutenção das relações² políticas e comerciais entre os países.³ (Furtado 2012) A partir da sua

¹ Segundo Ana Maria Leal de Faria os representantes diplomáticos poderiam ser dispostos em duas categorias: os de primeira e os de segunda ordem. Os de primeira ordem eram os embaixadores ordinários e extraordinários e os de segunda ordem os enviados extraordinários e residentes

² Na primeira metade do século XVII obras como as de Hugo Grotius, *Mare Liberum* (1609) e *De jure belli ac pacis* (1625), acabaram por constituir um importante contributo para o Direito Internacional.

³ Alguns estudos sobre embaixadores que figuraram no cenário político europeu no século XVIII têm apresentado outra faceta dos agentes do rei no palco das relações internacionais: o papel de promotores da circulação material e cultural. O acesso que os embaixadores tinham à cultura escrita e oral das cortes para onde eram destacados proporcionou uma intensa circulação de obras de arte, livros, artigos de

intervenção fronteiras geopolíticas foram definidas, acordos comerciais foram estabelecidos, tratados de paz foram assinados.

A Europa, entre os anos de 1618 e 1648, testemunhou um dos conflitos que acabaria por ser responsável pela afirmação da Diplomacia, enquanto instrumento de negociação. A Guerra dos Trinta anos que teve início num conflito religioso regional na Boêmia e acabou por envolver as monarquias espanhola, dinamarquesa, francesa, holandesa e suíça transformando-se num conflito europeu. Com o objetivo de alcançar o equilíbrio e manter a soberania das monarquias europeias envolvidas na Guerra dos Trinta Anos foi assinada a Paz de Vestfália⁴ em 1648 que representou um marco na História da Diplomacia. (Faria 2008; Bély e Richefort 2000)

Ao longo dos anos a especificidade da atividade diplomática levou à necessidade de publicação de tratados que regulassem sobretudo as funções dos embaixadores. (Villieres 1603-04; Wiquefort 1682) No século XVIII, o tratado de François Callières, *De la maniere de negotier avec les Souverains...*(1716), passou a ser o manual mais consultado pelos representantes diplomáticos. O próprio conceito de Diplomata, tal qual é compreendido na atualidade, somente foi inserido no panorama político em 1830.

Um investigador que se debruce no estudo da Diplomacia a partir do século XVII perceberá que um conceito fulcral é o da representação. Ao embaixador, naquela época, cabia a missão de representar, de “agir em vez de”. Tal fato atribuía ao embaixador uma responsabilidade elevada que era, a todo momento, lembrada, cobrada, esperada não somente pelo monarca, mas pelos seus pares.

decoração e do próprio saber. Os embaixadores acabaram por assumir um papel não somente de homens da política, mas também homens da cultura.

⁴ A Paz de Westfália ou também conhecida como Tratados de Münster e Osnabrück (ambas cidades que, atualmente, pertencem à Alemanha), constituíram uma série de tratados que deram origem ao fim da Guerra dos Trinta Anos e, conseqüentemente, o reconhecimento das Províncias Unidas. Diante da incapacidade de reunir em um mesmo local protestantes e católicos as conversações foram feitas em duas cidades alemãs. Osnabrück sediou o encontro dos protestantes na cidade de Osnabrück, e em Münster reuniam-se os católicos. Portugal, com o trono recém-restituído à Dinastia dos Bragança, enviou para Münster o Plenipotenciário Luiz Pereira de Castro, acompanhado pelos Embaixadores Ruy Botelho de Moraes e Francisco de Sousa Coutinho.

O personagem principal neste palco, responsável por representar o rei, era o embaixador. É indiscutível que os representantes diplomáticos: embaixador, enviado, ministro plenipotenciário, eram aqueles que oficialmente representavam seus monarcas e estavam habilitados para assinar tratados, negociar casamentos e acordos comerciais.

Contudo, ao analisar a composição das famílias de alguns embaixadores portugueses percebemos a preocupação em garantir que seus criados também tivessem um comportamento regrado e correto. As notícias sobre o comportamento não só de um embaixador, como do seu séquito nas cortes europeias chegavam ao conhecimento não somente da corte portuguesa, mas também dos seus pares residentes no estrangeiro. Lê-se frequentemente com nas correspondências entre os embaixadores e dos mesmos com o rei a relação de episódios relacionado tanto com o bom, quanto com o mal comportamento dos seus pares nas cortes europeias.

Portugal, a Diplomacia e seus Embaixadores

A entrada de Portugal no cenário das relações internacionais europeia aconteceu no período que se seguiu à Restauração⁵ em 1640. (Shaub 2001) D. João IV, como recém-coroadado Rei de Portugal, buscava o seu reconhecimento junto das demais monarquias obrigando-o a definir com muita brevidade as primeiras missões diplomáticas que teriam como destino as principais cortes na época: Inglaterra, França, Províncias Unidas, Suécia/Dinamarca, Roma e Barcelona. A preocupação, neste momento, era escolher “(...) para este cargo de Embaixador os homens das famílias mais ilustres do Reino, dos ilustres os mais discretos e cortesãos, destes os mais

⁵ As guerras e sublevações que aconteciam, naquele período, um pouco por toda a parte na Europa tiveram, no caso português, um desfecho distinto: culminou de fato com a substituição da monarquia. Tal acontecimento repetiu-se, apenas, na Inglaterra proporcionando, assim, uma aliança militar e diplomática com a Inglaterra de Carlos II que esteve no centro do ideário político responsável pela assinatura do Tratado de Paz de 1668.

animosos e liberais, dos animosos os mais bem apessoados, e de todos os mais bem acostumados.” (Lobo 1981)

A preocupação com o bom cumprimento da tarefa a ser desempenhada, aliada à importância das cortes da Inglaterra, França e Províncias Unidas no cenário internacional da época fez com que D. João IV nomeasse não um, mas dois representantes diplomáticos. Um deles era fidalgo (Bouza Alvarez 1994)⁶ pertencente ao grupo dos conjurados que promoveram a independência; o outro especialista em Direito Civil ou Canónico. Sendo o latim a língua oficial da Diplomacia da época era necessário ter, entre o rol de embaixadores, membros do universo canónico. A definição do idioma francês como língua oficial da Diplomacia ocorreu somente no século XVIII sendo mantido até o Congresso de Viena em 1815.

Apesar de todo o esforço de D. João IV no sentido de legitimar a sua posição na qualidade de Rei de Portugal, as reacções ao processo de independência/restauração⁷ de Portugal nas cortes europeias não foram unânimes. Enquanto para algumas monarquias a coroação de D. João IV significava a recuperação da sua autonomia e a entrada no palco de mais um aliado político, para outras caracterizou-se por um ato de rebeldia, (Cardim 2002) de insurreição⁸ contra a monarquia espanhola. Uma das consequências da negação de algumas monarquias europeias em reconhecer D. João IV como Rei foi a

⁶ O título fidalgo foi introduzido em Portugal por D. Afonso III para distinguir os cavaleiros e escudeiros de nobreza herdada ou linhagem, daqueles que possuíam tal título por graça do monarca. Etimologicamente, Fidalgo significa filho d'algo, ou seja, é um indivíduo que possui algum bem ou condição nobre. Existem 2 ordens de fidalgos: na primeira ordem – 1.º grau: fidalgo-cavaleiro; 2.º grau: fidalgo-escudeiro; 3.º grau: moço fidalgo. Na segunda ordem – 1.º grau: cavaleiro-fidalgo; 2.º grau: moço da câmara; 3.º grau: escudeiro-fidalgo.

⁷ É fundamental para um investigador que se debruce no estudo da Diplomacia Portuguesa pós-Restauração a consulta à obra do Visconde de Santarém *Quadro elementar das relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Já no século XXI, a obra de Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz: a Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, busca traçar um perfil da rede diplomática portuguesa, assim como pretende analisar o perfil sociológico dos embaixadores que era definido de acordo com a missão que iam desempenhar.

⁸ O alcance do caso da insurreição de Portugal contra a monarquia espanhola foi tão significativo que Wicquefort fez referência a isto no seu “manual” de teoria política no capítulo “Se os usurpadores e os governadores podem enviar Embaixadores”.

recusa em receber, oficialmente, os embaixadores por ele enviados. O Embaixador de Florença em missão em Madrid expressou a sua estranheza com o ocorrido em Portugal referindo que a troca de “(...) um rei legítimo e grande por outro que, ainda que nacional, é pequeno e hipotético.” (Valladares 2006, 277)

Diante do impasse causado pela Restauração Portuguesa entre as demais monarquias europeias, a sua inclusão no palco das relações internacionais somente aconteceu com a assinatura do Tratado de Paz com a Espanha, em 1668. Até esta data, “(...) os enviados de D. João IV foram frequentemente tratados como ‘rebeldes’, sentindo grandes dificuldades no que tocava ao reconhecimento do seu estatuto diplomático, pois muito encaravam esses enviados como representantes de um senhor tido como ilegítimo.” (Cardim 2002, 60)

A nomeação⁹ de um indivíduo para exercer a atividade de representante do seu monarca era interpretada como o momento de reconhecimento¹⁰ dos seus préstimos. Mas, enganam-se aqueles que relacionam a “carreira” diplomática com o enriquecimento individual. Muito antes pelo contrário, em muitos casos o seguimento da carreira na diplomacia foi sinônimo de dilapidação da riqueza pessoal. Muitos são os relatos feitos por embaixadores sobre o estado precário que viviam nas cortes estrangeiras.

Posterior à escolha de um embaixador, o protocolo determinava que fossem passadas aos mesmos as Instruções ou Cartas de Crença que, segundo Pedro Cardim,

⁹ Isabel Clunny ao analisar a trajetória do Conde de Tarouca no palco da diplomacia introduz um novo olhar sobre a questão das nomeações. Segundo Clunny a nomeação de um indivíduo para desempenhar a função de representante de um monarca não era uma missão, mas uma concessão.

¹⁰ Na cultura política do século XVII o desempenho de serviços prestados ao Rei estava relacionado diretamente com a expectativa de retribuição. Neste contexto, não foram somente os embaixadores que usaram seu próprio espólio para a sua manutenção nas cortes estrangeiras. Os mais altos servidores do rei, nas mais diversas esferas, utilizaram suas fortunas pessoais imbuídos da ideia de que, posteriormente, seriam recompensados. Sobre a economia de favores no Antigo Regime. Alguns embaixadores portugueses do século XVIII antes de iniciarem a sua “carreira” na Diplomacia tinham sido Desembargadores do Paço de Lisboa e do Porto, sendo a nomeação para representante do rei uma trajetória previsível.

eram “(...) um documento que, no fundo, era uma espécie de compromisso de prestação de serviços e que criava, antes de mais, obrigações com carácter jurídico” e que definiam os objetivos da enviatura e quais seriam as obrigações do enviado.

O envio de um representante diplomático para uma corte estrangeira era um momento de grande preocupação não somente do monarca e seus conselheiros, mas também dos próprios embaixadores.¹¹ O prestígio de um monarca e o seu poder perante as demais cortes europeias era também avaliado a partir dos seus embaixadores. Londres, Paris e Haia eram, no século XVIII, as cortes de mais destaque no cenário europeu e, por isto, a escolha dos representantes diplomáticos que eram enviados para essas cortes era feita com muito cuidado.

João Gomes da Silva, 4º conde de Tarouca: Sua trajetória na diplomacia portuguesa

João Gomes da Silva foi o quinto dos nove filhos nascidos da união de Manuel Teles da Silva, 1º Marquês de Alegrete, com Luisa Coutinho. Do casamento com a 4ª Condessa de Tarouca, D. Joana Rosa de Meneses, nasceram 5 filhos: Luiza Josefa de Meneses, Estevão de Meneses (1º Marquês de Penalva), Emanuel Teles da Silva, Maria Josefa de Meneses e Fernão Teles da Silva (Monteiro-mor). Foi a partir do casamento do D. Joana que João Gomes da Silva recebeu o título de 4º Conde de Tarouca.

No palco da Diplomacia a “carreira” de João Gomes da Silva iniciou em 1709, ano em que esteve sem carácter¹² na corte de Londres para negociar alguns aspectos da aliança de Portugal com a Inglaterra. Viena foi o palco da última missão do Conde de

¹¹ Naquela época, um indivíduo que fosse apontado como possível embaixador deveria ter em seu *curriculum* o conhecimento de algumas matérias, tais como: o direito das gentes, direito internacional público e privado, estatística física e moral, história política e militar dos povos e história diplomática. Além disso, deveria ser um amplo conhecedor das línguas, entre elas: alemão, italiano, espanhol, latim e o francês.

¹² A ausência de carácter numa missão diplomática era sinónimo da falta de tratamento diferenciado que recebiam, por exemplo, embaixadores e ministros.

Tarouca, em 1738, na qualidade de Embaixador Extraordinário.¹³ João Gomes da Silva exerceu ainda a função de Embaixador¹⁴ Extraordinário em Haia, Ministro Plenipotenciário¹⁵ em Utreque e Embaixador em Paris. A frequência na corte, assim como nas atividades políticas e culturais fizeram parte da vida de João Gomes da Silva desde muito cedo e foi, provavelmente, este fato que lhe garantiu a indicação para embaixador português. Somado a isso, o fato de João Gomes da Silva pertencer à Casa dos Alegrete uma das 4 Casas com maior destaque da nobreza portuguesa atribuiu-lhe o privilégio de ser nomeado representante diplomático do rei. O que percebemos com a leitura da documentação produzida por Tarouca é que tal inserção tenha sido responsável por uma visão peculiar que o conde de Tarouca tinha da vida diplomática.

Segundo Isabel Clunny, a grande preocupação do conde de Tarouca enquanto esteve chefiando missões diplomáticas nas cortes europeias era fosse designado para aquelas que lhe trouxessem prestígio em Portugal razão pela qual Tarouca não aceitou pacificamente a sua indicação para ir a Londres. À espera de ser nomeado para a função de Embaixador em Roma, Tarouca foi sem carácter¹⁶ para a corte inglesa, fato este que não lhe permitiria fazer uma entrada em Londres nos moldes daquelas feitas por um embaixador e, tampouco, receber o prestígio junto aos seus em Portugal.

¹³ O Embaixador Extraordinário era aquele em missão numa corte estrangeira para um negócio particular como, por exemplo, um acordo para casamento, os pêsames pelo falecimento de um membro da coroa ou a condução de uma rainha.

¹⁴ Segundo o padre Raphael Bluteau a palavra embaixador tem muitas etimologias. Há quem a relacione com a palavra *Basiator*, usada pelos romanos, para designar aquele que em sinal de reverência a algum Senhor, lhe beijava as mãos. Há também a possibilidade da palavra derivar do alemão *Ambacht*, aqui considerado um negociador político que atuava em nome do seu Príncipe. Do latim *Ambaxus* derivou a palavra *Ambasciator* e que era definida como aquele que circulava pelos quatro cantos negociando em nome do seu Senhor.

¹⁵ Ministro Plenipotenciário nas palavras do padre Raphael Bluteau é aquele que possui plenos para negociar tanto a paz entre duas coroas, quanto um casamento.

¹⁶ António de Moraes Silva em seu Dicionário da Língua Portuguesa definiu carácter como sendo “o estilo de qualquer pessoa, os atributos, qualidades, propriedades, hábitos, propensões, costumes, genio que distinguem e caracterizam o sujeito”, mas também a definição da palavra carácter está relacionada ao “Posto, dignidade de alguém.” (António Moraes, Silva 1789, 144)

Nas instruções¹⁷ recebidas por Tarouca pouco antes da partida para Londres estava claro o papel que ele deveria desempenhar e, além disso, as relações de precedência que deveria ter em consideração relativamente a D. Luís da Cunha.

“Como não levais carácter não deveis pretender tratamento algum regulado de Embaixador, ou Ministro público, nem ainda o de Título deste Reino, porque nele o não tem também os Lords de Inglaterra, e assim só vos compete a imunidade devida pelo direito das gentes a todas as pessoas, que vão a alguma negociação com Carta de credencial. Ao dito D. Luis da Cunha mando advertir tenha entendido, que na sua casa, e Coche vos deve dar o melhor lugar, e ainda em qualquer lugar terceiro, e vós praticareis com ele o mesmo na vossa casa, e Coche, mas deveis ter entendido, que nas Conferencias lhe não deveis preceder, e assim sendo necessário fazerem-se algumas ireis vós só a elas, e quando seja mais conveniente ir, ele, deixareis vós de ir, e nesta forma se evitará preceder-vos ele nas ditas Conferencias, porque como tem caráter, e vós o não levais, concorrendo amos devia ele preceder, e quando ele haja de ir conferir ajustará primeiro convosco o que convirá que diga, e vós praticareis o mesmo no caso que hajais de ir.” (Brazão 1936, 15-16)

Cinco anos antes de Tarouca assumir sua primeira missão diplomática foi declarada a Guerra de Sucessão na Península Ibérica e, nesse cenário, Portugal deveria escolher um lado. A adesão à Grande Aliança trouxe consigo a necessidade de dispensar cerca de 15000 homens para compor o corpo militar. Foi a manutenção deste contingente que o conde de Tarouca tinha como missão negociar em Londres. Coube a ele insistir, perante os ministros ingleses, no pagamento das tropas portuguesas, assim

¹⁷ No palco da diplomacia as instruções desempenhavam um papel importante na regulamentação do protocolo das relações entre embaixadores e nações.

como no aumento dos subsídios. Contudo, na consulta à documentação que se refere às negociações percebe-se que existiram algumas ressalvas no que diz respeito ao desempenho de Tarouca. Aos olhos de Diogo de Mendonça Corte Real,¹⁸ Secretário de Estado, Tarouca esteve muito aquém do esperado. O Secretário chegou a afirmar que a intervenção de Tarouca nas negociações com a Inglaterra foram pouco ou nada benéficas para Portugal.

Aos olhos de Tarouca a corte inglesa tinha poucos atrativos e eram muitas as críticas aos comportamentos ingleses tanto aos ministros ingleses, quanto ao rei e à rainha que também foram alvo de duras críticas por parte do conde de Tarouca. “(...) Quase todos desta Corte são uns brutos”.(Brasão 1938, 53) Dos costumes ingleses João Gomes da Silva disse que “(...) os trajes e enfeites são dispostos por magnificência, não pelo bom gosto, porque a toda esta nação deu fortuna mais riqueza do que garbo.”¹⁹

Mas, a primeira missão do conde de Tarouca em cortes estrangeiras na qualidade de representante do rei não deve ser vista como expoente da sua trajetória da História da Diplomacia Portuguesa. A importância que a figura de João Gomes da Silva assumiu no cenário da diplomacia portuguesa setecentista é inegável. Ao lado de D. Luís da Cunha,²⁰ José da Cunha Brochado,²¹ Duarte Ribeiro de Macedo, o 4º Conde de Tarouca

¹⁸ Diogo de Mendonça Corte Real nasceu em Tavira em 17 de Junho de 1658. Doutor em Cânones foi Corregedor do Porto, Embaixador em Haia (1691) e em Madrid (1694). Em 1704 foi encarregado dos Negócios Estrangeiros.

¹⁹ Cartas do Ilustríssimo Conde de Tarouca 1706-1715, Londres 18.02.1710. Academia de Ciências de Lisboa, Série Azul.

²⁰ D. Luís da Cunha nasceu em 25.01.1662 e faleceu em 09.10.1749 em Paris. Formado em Direito Canônico, era sócio da Academia Real de História, Arcediago da Sé de Évora, Corregedor de Tavira, Provedor de Coimbra, Desembargador do Porto e da Casa da Suplicação e Comendador da Ordem de Cristo. Em 1686, aos 24 anos de idade, D. Luís da Cunha foi nomeado Desembargador da Relação do Porto assumindo, posteriormente, o cargo de Desembargador da Casa Suplicação. Quase uma década depois foi nomeado por D. Pedro II Enviado Extraordinário em Londres para substituir o Visconde da Fonte Arcada. Posteriormente assumiu como 2º Ministro Plenipotenciário em Utrecht (1712), Embaixador Extraordinário em Londres (1715), Ministro Plenipotenciário em Madrid (1719-20), Ministro Plenipotenciário em Haia (1728-36) e Embaixador em Paris (1737-49).

²¹ José da Cunha Brochado nasceu em 02.04.1651 e faleceu em 27.09.1733 em Lisboa. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, era Fidalgo da Casa Real, Corregedor do Cível, Desembargador do Paço, Conselheiro de Estado e da Fazenda, Chanceler das Ordens Militares, Censor e Diretor da Academia Real da História.

foi responsável por inserir Portugal no palco da diplomacia da época. Não é a intenção neste artigo equiparar a importância de um embaixador com a dos seus criados, mas é inegável que durante o período de estadia em uma corte estrangeira o séquito de criados que os embaixadores levavam consigo eram responsáveis pela condução da embaixada, pela produção da documentação oficial da mesma, etc. Diante desse aspeto interessamos analisar a composição da família de João Gomes da Silva, o 4º Conde de Tarouca,²² na sua missão na Inglaterra.

Mas se esse estrangeiro é da Família de um Embaixador (...) compreende e envolve a toda a nação

Interessa-nos, neste artigo, explorar um outro aspeto da trajetória do conde de Tarouca no mundo da Diplomacia: a sua escolha dos criados que o acompanharam nas missões ao estrangeiro. É importante referir que, em muitos relatos vê-se o uso da expressão “família” para designar aqueles que acompanhavam os embaixadores. Neste caso, é relevante dizer que o conceito de família é mais alargado, não estando restrito aos ascendentes e descendentes ligados consanguineamente, incluindo todos aqueles ligados pela afinidade. (Hespanha 1995) Os criados, neste contexto passaram a compor a “família” e estavam diretamente relacionados ao *dominus*, à casa. (Monteiro 1998) Essa é, portanto, a extensão do conceito de “família” que se aplica ao nos referirmos aos criados dos embaixadores.

A escolha dos criados que compunham a família de um embaixador era um momento de grande preocupação não somente por parte do embaixador, mas também daqueles que eram elencados para seguir com eles nas missões diplomáticas. Se, para o

²² O título de Conde de Tarouca foi criado no século XV por D. Manuel I e concedido a D. João de Meneses, filho de D. Duarte de Meneses. Dois séculos e meio mais tarde foi concedido ao 5º Conde de Tarouca, D. Estevão de Meneses, o título de Marquês de Penalva sendo os primogênitos desta Casa nomeados Conde de Taroca.

embaixador, a escolha acertada dos seus servidores e acompanhantes influía na imagem da sua missão, para aqueles que eram escolhidos representava o acesso a novas redes de sociabilidade e possibilidades de ascensão. Cozinheiros, copeiros, cocheiros, pajens, *maître d'hotel*, escudeiros, *valets de chambre* e o secretário compunham a família de um embaixador e eram cuidadosamente por ele.

Era consensual entre os embaixadores a importância que a representação do rei assumia numa corte europeia setecentista, mas nem sempre era consensual a importância que a escolha da sua família assumia naquele contexto. Um dos embaixadores de maior destaque na vida política portuguesa do século XVIII, José da Cunha Brochado²³, chegou a dedicar em suas memórias trechos específicos sobre a atenção que seus pares deveriam ter na escolha da sua família. De acordo com Brochado,

“(...) o principal estudo de um Embaixador é a escolha da gente e família que o deve acompanhar, tratando muito de que sejam bem educados, de boa vida, e presença, assim por se malquistar a sua nação com o mau procedimento, e mau ensino dos seus criados.” (Remédios 1909, 40)

Percebe-se que, além da habilidade exigida dos embaixadores no estabelecimento e manutenção das relações entre as coroas, também era preciso ser

²³ José da Cunha Brochado nasceu em 1651 em Cascais. Filho de António da Cunha da Fonseca, indivíduo tido em grande consideração na Corte. Aos 16 anos matriculou-se em Coimbra, onde estudou Cânones e formou-se Bacharel em 1672 e Doutor em 1673. Ainda neste ano, apresentou-se no Desembargo do Paço para se submeter à “leitura de bacharéis”, formalidade fulcral para todos que desejassem exercer atividades na Magistratura. Em 1674 foi nomeado Juiz de Fora de Sesimbra e Barreiro, cargo que ocupou ao longo de 3 anos. Em 1682 Brochado foi nomeado Procurador da Comarca de Miranda e cinco anos depois Corregedor do Cível de Lisboa. A entrada na “carreira” diplomática ocorreu em 1694 quando Brochado pediu para ocupar o cargo de Secretário da Embaixada em Paris, sendo então Embaixador 2.º Marquês de Cascais, D. Luis Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde. Foi depois Enviado Extraordinário em Paris (1699-1704), Enviado Extraordinário em Londres (1710-1714) e Ministro Plenipotenciário em Madrid (1725). Assistiu, ainda, ao Congresso de Utrecht. Segundo o Padre Raphael Bluteau um Enviado Extraordinário era um “Ministro político, mandado pelo seu príncipe a outro para tratar algum negócio.”

habilidoso ao escolher a sua família. Era importante cercar-se de pessoas aptas a desempenhar o seu papel no estrangeiro de maneira respeitosa.

Também a quantidade de familiares que acompanhavam um embaixador foi analisada por Brochado que, pelo seu discurso, zelava pela prudência na definição da quantidade de familiares que era prudente um embaixador levar em missão. Segundo Brochado,

“(...) trazer um Embaixador muita família com muito luzimento é grandeza que custa muito, e não se acomoda com todos os gênios. Trazer muita e pouco luzida é a mais pobre e indigna demonstração, que pode dar um Embaixador da sua grandeza, e do seu Príncipe. O maior acerto é levar poucos criados.” (Remédios 1909, 40)

Tal argumento gerou, provavelmente, algum mal-estar entre os seus pares, uma vez que, numa sociedade em que o poder de uma coroa estava relacionado, em algumas situações, com a pompa e o luxo, o volume de familiares que um embaixador levava ao entrar numa corte, assim como os banquetes e festas que oferecia era sinónimo de poder.

O respeito a tais preceitos garantia a boa imagem não somente do Embaixador, mas da monarquia que ele representava. Este é o ponto fulcral deste artigo, ou seja, o reflexo do comportamento de um embaixador e da sua família na imagem da coroa que representa. Recuperando novamente o discurso de Brochado em suas memórias, ele afirmou que

“(...) quando um estrangeiro obra mal em uma Corte, ou parece mal educado ou instituído nas maneiras de um cortesão, todo o vício, e repreensão fica nele sem que passe da sua pessoa; mas se esse estrangeiro é da família de um Embaixador não se trata, e

crítica como pessoal o seu vício, e defeito, mas compreende e envolve a toda a nação.” (Remédios 1909, 41)

Ser escolhido para compor a família de um embaixador pressupunha um carácter respeitoso, zeloso, além de demonstrar capacidade de estar numa corte europeia sem que o seu comportamento ferisse a honra do embaixador e do seu monarca. Nas palavras de Brochado, “(...) Quando um português obra mal, dizem todos — este homem é mal procedido, e quando um do séquito do embaixador procede como não convém, dizem logo — estes portugueses são malcriados.” (Remédios 1909, 41)

Entre os familiares que acompanhariam os embaixadores em suas missões, um dos membros que assumiu especial importância foi o secretário da embaixada. Aqui, é importante esclarecer que o Secretário da Embaixada e o Secretário do Embaixador não são a mesma pessoa. O primeiro era nomeado pelo rei, sendo sua remuneração paga pelo erário. A ele cabia a redação de toda a documentação produzida pela embaixada. De fato, o que percebemos na análise da documentação é que o secretário da embaixada assumiu, muitas vezes, o papel de segunda figura mais importante da embaixada sendo investido na função de Residente na ausência do embaixador. Alexandre de Gusmão, António de Sousa Macedo, Duarte Ribeiro de Macedo,²⁴ Feliciano Dourado e José da Cunha Brochado foram alguns indivíduos que foram nomeados para tal função ao longo da sua “carreira” na Diplomacia.

Quando João Gomes da Silva foi notificado de que assumiria a função de Ministro Plenipotenciário em Haia preocupou-se, ao chegar, em encontrar uma habitação que estivesse à altura da função que iria desempenhar. Na listagem de familiares do embaixador João Gomes da Silva temos: os Padre Luís de Lima e

²⁴ Ao longo da sua “carreira” no mundo da Diplomacia Duarte Ribeiro de Macedo manteve, regularmente, contato com grandes homens da sua época entre eles o Padre António Vieira. A correspondência trocada com Vieira, no período em que Ribeiro de Macedo esteve em missão na qualidade de Embaixador Extraordinário, foi publicada postumamente.

Domingos Araújo; um oficial de línguas, Buy, que tinha prestado serviços a Diogo de Mendonça Corte Real e a Francisco de Sousa Pacheco; 3 pagens: Lourenço, Marcelli e Clemente; um Valet de Chambre de nome Gaspar; um cavaleiriço chamado J. Gaspar que também tinha sido criado do Marquês de Alegrete; um confeitiro de nome Frederico; um copeiro de nome Miguel; um mestre de cozinha chamado Gaspar. João Gomes da Silva foi acompanhado por cerca de 43 pessoas das quais 14 eram domésticos que se traduziam em gastos bastante dispendiosos para o embaixador. A função de Secretário da Embaixada foi assumida por Luís Caetano de Lisma. O que percebemos com a leitura da correspondência particular do conde de Tarouca é que manter a sua família na corte de Haia com todo o luxo e pompa que aquela corte exigia foi motivo de muitas queixas ao seu monarca. José Oliveira e Sousa (pai de Francisco Xavier de Oliveira) assumiu a função de secretário do Embaixador ficando responsável por toda a correspondência particular do mesmo.

Um dos casos mais emblemáticos envolvendo um membro do séquito de um embaixador foi vivido por Francisco Xavier de Oliveira, também conhecido como Cavaleiro de Oliveira. Nascido em 1702 em Lisboa, Oliveira foi um escritor português do século XVIII. Filho de José Oliveira e Sousa e Isabel da Silva Neves, Cavaleiro de Oliveira (como também ficou conhecido), foi admitido no Tribunal dos Contos do Reino aos 16 anos, provavelmente em função das relações de seu pai que além de ter sido escrivão do Marquês de Alegrete foi, também, João Gomes da Silva, Conde de Tarouca.

Em 1734 José Oliveira e Sousa faleceu e Cavaleiro de Oliveira foi então convidado por João Gomes da Silva assumir a função do pai em Utrecht e, posteriormente, em Viena. A escolha de Cavaleiro de Oliveira para assumir o papel de secretário do embaixador foi, ao que parece natural, visto que a sua família já há alguns

anos acompanhava o Conde de Tarouca em suas missões no estrangeiro. Chamado para ocupar o lugar do pai Francisco Xavier cresceu ouvindo muitos elogios do pai ao Conde de Tarouca. Nas palavras de Tarouca a escolha de Cavaleiro de Oliveira foi assim explicada:

“A minha secretaria tem na sua morte [José Oliveira e Sousa] infinita perda e em consequência dela sempre eu faria por uma atenção praticada na nossa casa, o que agora faço por meu interesse, que é oferecer o seu emprego ao seu filho Francisco Xavier se ele tiver para isso o justo obstáculo do ofício nos contos é provável alcançaremos a licença do Rei, conservando-lhe o ofício assim como alcançamos para seu pai.” (Cluny 2006, 217)

Ser escolhido para compor a família do embaixador e seguir assim a trajetória do pai ia ao encontro dos anseios de Oliveira que ansiava pela vida cosmopolita das grandes cortes europeias.

A Embaixada Portuguesa estava sediada no Palácio de Rofrano local onde o Cavaleiro de Oliveira foi recebido pelo Conde de Tarouca e onde este lhe entregou os papéis particulares que pertenciam ao seu pai, juntamente com 300\$000. Contrariamente ao esperado, o Conde de Tarouca não o nomeou imediatamente para o cargo de Secretário da Embaixada por sentir necessidade de observar melhor o comportamento daquele que, na sua ausência, assumia o papel de figura mais importante da Embaixada. Sim, o cargo de Secretário da Embaixada era confiado somente a indivíduos cujo comportamento era, na visão do embaixador, irrepreensível, uma vez que nas suas mãos passavam todos os documentos da embaixada. Mas, a relação entre o Conde de Tarouca e Cavaleiro de Oliveira não foi, entretanto, a mais harmoniosa. Sobre o impasse causado entre Tarouca e Oliveira, António Gonçalves Rodrigues em sua obra sobre o Cavaleiro de Oliveira chegou afirmar que o Conde de

Tarouca “(...) protelando sob todos os pretextos a entrega do arquivo, o conde submetia-o ao vexame de o fazer dormir à vista do armário, fechado à chave” (Rodrigues 1951, 16-17)

A postura de Tarouca frente ao novo funcionário criou entre ambas as partes um mal-estar que tomou proporções inimagináveis. Oliveira circulava na corte vienense na condição de Secretário da Embaixada, sendo esta a função que constava em seu passaporte assinado pelo então Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, apesar de portas adentro não ser reconhecido como tal. As incompatibilidades entre Tarouca e Oliveira não pararam de aumentar. O primeiro observava atentamente o comportamento do seu criado que, enquanto circulava na sociedade vienense assumia títulos que não possuía. Mas, apesar do comportamento de Oliveira desagradar muito o Conde de Tarouca o Secretário da Embaixada de portas à fora permaneceu ao abrigo da imunidade que a Embaixada lhe conferia por mais de dois anos. Contudo, a incompatibilidade velada entre Tarouca e Oliveira seria quebrada em janeiro de 1737.

O episódio responsável pelo que Rodrigues chamou de “(...) fazer explodir os ressentimentos de longe acumulados no espírito beligerante do jobem secretário” (Rodrigues 1951) teve como protagonista um laçao de Francisco Xavier que, ao se envolver em uma briga com um carpinteiro acabou sendo preso. Lançando mão da imunidade diplomática que a embaixada e todos que nela habitavam possuíam, Oliveira exigiu que o Conde de Tarouca fosse reclamar o seu criado. Ao contrário do que Oliveira esperava, o embaixador não tomou qualquer providência para que o laçao fosse ilibado, muito antes pelo contrário, quando foi consultado pelo tribunal se queria se envolver no caso, Tarouca negou-se taxativamente alegando que quando o laçao se envolveu naquela querela já não fazia parte do seu séquito. A negativa de Tarouca em auxiliar o laçao de Oliveira fez com que a relação entre ambos se deteriorasse ainda

mais. As queixas de Oliveira sobre a recusa do Embaixador em oficializar a sua posição na Embaixada mantiveram-se. Em fevereiro de 1737 escrevia Oliveira:

“Ex.mo Senhor. Tendo a honra de representar a V. E. em 24 do mês passado a justa pretensão que tinha ao exercício da Secretaria foi V.E. servido desprezar a minha queixa não se dignando até agora de me dar resposta alguma. Pelo que respeita aos meus particulares essa mesma negação de resposta tenho tomado como resposta positiva para entender que V. E. se não quer servir da minha pessoa.” (Oliveira 1942, 45)

Numa tentativa desesperada de ver a sua nomeação na Embaixada oficializada em abril de 1737 Oliveira, acompanhado de Manuel Teles da Silva (filho), D. Diogo Manuel (sobrinho) e do reposteiro João Henriques de Bem, enquanto testemunhas, para exigir a sua nomeação como Secretário da Embaixada, argumentando que, caso não fosse nomeado, regressaria à Corte. O que se seguiu às tentativas frustradas de Oliveira de ser nomeado Secretário da Embaixada foi a deterioração da sua relação com o Conde de Tarouca expressa na sua correspondência com alguns embaixadores portugueses. A d. Luís da Cunha escreveu que “(...) enquanto esperava resposta, se me ofereceu matéria nova, muito grave e muito delicada pertencente ao real serviço, a qual (...) me tem obrigado a estar aqui há dois anos sem assistência.” (Rodrigues 1942, 13)

O comportamento de Oliveira acabou por comprometer a imagem do Conde de Tarouca perante seus pares. Oliveira foi ainda mais longe, afirmando que tinha sido o comportamento de Tarouca o responsável por denegrir a imagem do pai, Manuel Teles da Silva. Avarento, ingrato e ambicioso eram adjetivos com os quais Oliveira classificava o comportamento de Tarouca. O fato é que mesmo não tendo ocupado o cargo de Secretário da Embaixada oficialmente, a sua presença por 3 anos na

Embaixada de Tarouca deu a conhecer a Oliveira aspectos da vida pessoal e familiar de Tarouca que acabaram por vir à tona nas suas cartas. A questão da imunidade diplomática que a embaixada e seus criados possuíam acabou sendo um artifício utilizado por criados de embaixadas que, uma vez transgressores da boa conduta, viam nessa a sua única oportunidade de não serem presos e julgados pelas leis da Corte onde se encontravam.

Os problemas causados por Oliveira enquanto esteve na Embaixada de Portugal em Viena não foram os únicos. A partir da correspondência de alguns embaixadores portugueses é possível verificar situações com seus criados que não foram tão raras quanto se pretendia. D. Luís da Cunha, enquanto esteve na corte parisiense relatou que

“(…)Segunda feira passada sucedeu nesta casa um acidente ocasionado pela imprudência de dois Tenentes Franceses que sem causa justa maltratarão dois lacaios meus; os quais sendo insultados não fizeram outra alguma coisa que o que pedia a sua defesa natural; Logo dei parte do sucedido ao Duque de Choisel. (...) O Duque me prometeu nos termos mais polidos, e mais atentos toda a satisfação deixando a meu arbítrio o castigo, que eu fiz unicamente depender da sua disposição, e prudência.”²⁵

Era difícil, para os embaixadores, terem total controlo do comportamento dos seus familiares. Apesar da rigidez e empenho com que deveriam ser escolhidos os membros das famílias dos embaixadores, uma vez na Corte estrangeira, ter total atenção ao comportamento dos mesmos era tarefa impossível para os embaixadores. Ora, a sua missão nas cortes europeias não era, de fato, vigiar os criados. Confiava-se na escolha feita, na responsabilidade e comprometimento assumidos. Contudo, a ocorrência de

²⁵ Torre do Tombo, MNE, cx. 566, M.E. III – A – Fr. – L. 7 n° 26

casos como os de Oliveira e dos criados de d. Luís da Cunha, podem ter sido responsáveis por fazer com que os embaixadores escolhessem para criados das suas enviaturas indivíduos nascidos e residentes no local onde atuariam. Os criados nascidos nas cortes para as quais estavam designados possuíam duas vantagens perante os criados portugueses: eram conhecedores das regras de conduta da corte e assumiam o papel de entre a embaixada e a sociedade.

Considerações Finais

Ao abordarmos as questões que envolveram os “familiares” dos embaixadores portugueses em algumas passagens em cortes europeias no século XVIII percebemos que fosse Embaixador criado da embaixada, o seu comportamento era observado, na medida em que, eram considerados representantes da sua Corte no estrangeiro. Os episódios protagonizados por Francisco Xavier de Oliveira quando assumiu a função de secretário do Conde de Tarouca demonstraram não somente a importância na escolha acertada dos familiares do embaixador, como também a importância que a ocupação de alguns cargos nas embaixadas assumiu na trajetória individual naquele período. A escolha acertada, responsável e comprometida dos membros do séquito dos embaixadores não era matéria de pouca importância, visto serem eles também tidos como representantes do rei, da Coroa. Emerich de Vattel, em sua obra *Le droit des gens ou principes de la loi naturelle...* (1758), dedicou especial atenção à escolha da família dos chefes de missão, ao enumerar os critérios que estes deviam seguir.

Ao debruçarmo-nos na análise socio cultural dos aspectos que cercavam o exercício da atividade diplomática no estrangeiro, percebe-se que a arte da diplomacia não estava circunscrita à habilidade política dos embaixadores para estabelecer acordos e assinar tratados de paz. A habilidade e a capacidade de viver no estrangeiro, o aprendizado sobre os hábitos e costumes da corte onde serviram, era importante.

Depreende-se, portanto, que o envio de um chefe de missão para cortes no estrangeiro envolvia uma série de fatores, entre eles a escolha criteriosa do séquito que o acompanhava.

Bibliografia

Abraham Van Wicquefort. 1730. *O Embaixador e suas funções*. A Amsterdam: Chez les Janss a Waesberge.

Ana Maria, Faria. 2008. *Arquitectos da Paz: A Diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna.

António Manuel, Hespanha. *História de Portugal moderno. Político-institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

António Moraes, Silva. 1789. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Typographia Lacerdina, vol. 1, 144.

António, Rodrigues. 1950. *O protestante Lusitano: estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira: 1702-1783*, Coimbra, Coimbra Ed.

António, Rodrigues. 1942. *Cartas Inéditas: 1739-1741*, Coimbra: [s.n.].

Bouza Álvarez, Fernando. 1994. “Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640”, *Estudos. Revista de História Moderna*, Valência, 20, 83-103.

Daniela, Frigo. 1991. *Ambasciatori e “Jus Gentium”. L’Amministrazione della Política Estera nem Piemonte del Settecento*, Roma, Bulzoni Editore.

Daniela, Frigo. 2000. *Politics and Diplomacy in Early Modern Italy. The structure of Diplomatic Practice, 1450-1800*, Cambridge, Cambridge University Press.

Didier, Ozonem. 1998. *Les diplomates espagnols du XVIIIe siècle*, Madrid-Bordeaux, Casa de Velázquez-Maison des Pays Ibériques.

Eduardo, Brasão. 1936. *O Conde de Tarouca em Londres: 1709 – 1710*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Edgar, Prestage. 1955. *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua Embaixada na Holanda*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 3 vols.

Francisco Rodrigues, Lobo. 1981. *A corte na aldeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, imp. 1981.

Garret, Mattingly. 2003. "The first Resident Embassies: Medieval Italian Origins of Modern Diplomacy", *Speculum*, v. 12, p. 423-439,. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2849298>. Acesso em: 20 de abril, 2011.

Isabel, Cluny. 1999. *D. Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

Isabel, Cluny. 2006. *O Conde de Tarouca e a Diplomacia da Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte.

Jaime, Cortesão. 1950-60. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 9v.

Joaquim Mendes, Remédios. 1909. *Memórias de José da Cunha Brochado extrahidas das suas obras inéditas*, Coimbra, França Amado Editor.

Júnia, Furtado. 2012. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lucien, Bély. 1992. *Les Relations Internationales en Europe*, Paris, Presses Universitaires de France.

Lucien, Bély. 2000. *L'Europe des Traités de Westphalie. Esprit de la Diplomatie de l'esprit*, Paris, P.U.F.

Manoel Lopes, Almeida (ed.). 1982. *Correspondência diplomática de Francisco Ferreira Rebelo. Londres 1655 – 1657*, Coimbra, Pub. Arquivo da Universidade.

Matthew Smith, Anderson. 1993. *The rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, Londres, Longman.

Pedro, Cardim. 2002. "Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII". *Cultura*, 15. Lisboa: Universidade Nova, 47-86.

Pedro, Cardim. 2005. Diplomacia portuguesa no Antigo Regime; perfil sociológico e trajetórias. In Nuno Gonçalo, Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares, Cunha. *Óptima Pars; Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime* (org.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 277-337.

Raphael, Bluteau. 1728. *Vocabulário Português e Latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Riccardo, Fubini. Aux origines de la balance des pouvoirs: le système politique en Italie au XVe siècle, In Lucien, Bély. 2000. *L'Europe des Traités de Westphalie. Esprit de la Diplomatie de l'esprit*, Paris, P.U.F., p. 111-121.

Schaub, Jean-Frédéric. 2001. *Portugal na Monarquia Hispânica, 1580-1640*, Lisboa: Livros Horizonte.